

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MIDIAM SILVA DUARTE

EXECUÇÃO DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
MANDIRITUBA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO
ENTRE OS ANOS DE 2021 E 2022

MATINHOS

2024

MIDIAM SILVA DUARTE

EXECUÇÃO DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
MANDIRITUBA: UMA ANÁLISE SOBRE A PRODUÇÃO PARA AUTOCONSUMO
ENTRE OS ANOS 2021 E 2022

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão do Curso de especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, como requisito à obtenção do título de Especialista.

Orientador: Prof. Ms. Maurício de Souza

MATINHOS

2024

**Execução do Projeto Renda Agricultor Familiar no Município de Mandirituba:
Uma Análise Sobre a Produção para Autoconsumo Entre os
Anos de 2021 e 2022**

Midiam Silva Duarte

RESUMO

O artigo a seguir analisa os resultados obtidos a partir da produção para autoconsumo, desenvolvida pelos/as beneficiários/as do Projeto “Renda Agricultor Familiar”. Este Projeto é vinculado à Secretaria de Desenvolvimento Social e Família (SEDEF) e desenvolvido pelo Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-Paraná), sob a responsabilidade da Secretaria de Abastecimento (SEAB). O projeto é pertencente ao Programa Nossa Gente Paraná, antigo Família Paranaense. O texto apresentado se refere ao município de Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba - Paraná, olhando para dados do período entre 2021 e 2022. O trabalho realizado é resultado das atividades de extensão rural, realizados neste município, através da assistência técnica executada pela Economista Doméstico do IDR-Paraná, que é a autora do artigo. O acompanhamento às famílias envolvidas possibilitou compreender a importância acerca das atividades desenvolvidas durante a execução do Projeto e, especificamente, a importância da produção de alimentos para autoconsumo. O objetivo principal da pesquisa foi identificar quais foram os resultados obtidos pelas famílias, com a implantação ou a melhoria de hortas domésticas entre as famílias. A metodologia adotada para este trabalho se deu a partir de uma pesquisa participante, e da análise sobre os dados presentes no sistema do Nossa Gente Paraná, a partir da vivência realizada durante as ações do Projeto. O percurso metodológico ocorreu em três etapas: o desenvolvimento do projeto junto a família, com os procedimentos de aproximação próprios da pesquisa participante, a pesquisa bibliográfica, onde foi possível compreender conceitos e definições presentes no tema; e o levantamento dos dados extraídos do sistema utilizado pelo Estado para realizar o acompanhamento das famílias vinculadas ao Programa Nossa Gente Paraná. Do cruzamento dos dados oficiais, com a verificação das ações “in loco” por parte da pesquisadora participante, é que surgem os resultados de nossa análise. O trabalho apresenta ainda uma breve contextualização sobre as Instituições envolvidas no Projeto, e alguns dados territoriais e socioeconômicos a respeito do município abordado neste trabalho. Desse modo, o presente estudo tem como finalidade contribuir com a valorização e desenvolvimento da produção para autoconsumo das famílias, e consequentemente com a melhoria da segurança alimentar e nutricional dos sujeitos participantes do Projeto Renda Agricultor Familiar.

Palavras Chaves: Políticas de Promoção Social e Produtivas; Projeto Renda Agricultor Familiar; e Produção de Autoconsumo.

ABSTRACT

The following article analyzes the results obtained from the production for self-consumption, developed by the beneficiaries of the "Family Farmer Income" Project. This project is linked to the Secretariat of Social Development and Family (SEDEF) and developed by the Institute of Rural Development of Paraná (IDR-Paraná), under the responsibility of the Secretariat of Supply (SEAB). The project belongs to the Nossa Gente Paraná Program, formerly Família Paranaense. The text presented refers to the municipality of Mandirituba, in the Metropolitan Region of Curitiba - Paraná, looking at data from the period between 2021 and 2022. The work carried out is the result of rural extension activities carried out in this municipality, through technical assistance provided by the Domestic Economist of IDR-Paraná, who is the author of the article. The follow-up of the families involved made it possible to understand the importance of the activities developed during the execution of the Project and, specifically, the importance of the production of food for self-consumption. The main objective of the research was to identify the results obtained by the families, with the implementation or improvement of home gardens among the families. The methodology adopted for this work was based on a participatory research, and the analysis of the data present in the Nossa Gente Paraná system, based on the experience carried out during the actions of the Project. From the cross-referencing of official data, with the verification of actions "in loco" by the participating researcher, the results of our analysis emerge. The work also presents a brief contextualization about the institutions involved in the project, and some territorial and socioeconomic data about the municipality addressed in this work. Thus, the present study aims to contribute to the valorization and development of production for self-consumption by families, and consequently to the improvement of food and nutritional security of the subjects participating in the Family Farmer Income Project.

Key words: Social Promotion and Productive Policies; Family Farmer Income Project; and Self-Consumption Production.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	6
2. ORIGEM DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR	9
3. EXTENSÃO RURAL	10
4. SEDEF E IDR-PARANÁ	14
5. DEBATES SOBRE A PROMOÇÃO SOCIAL E CIDADANIA NO ÂMBITO DA EXTENSÃO RURAL E O PAPEL DO IDR-PARANÁ	17
6. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA - PR	22
7. DADOS DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR	23
7.1 SELEÇÃO DOS/AS BENEFICIÁRIOS/AS	27
7.2 RECURSOS RECEBIDOS PELAS FAMÍLIAS	28
8. METODOLOGIA DA PRODUÇÃO DO ARTIGO	29
9. RESULTADOS E DISCUSSÕES	30
10. CONCLUSÕES	37
11.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

1 INTRODUÇÃO

A produção de alimentos para o autoconsumo é uma prática clássica dentro da Agricultura Familiar, mas é frequentemente negligenciada nos estudos rurais que envolvem a perspectiva economicista, bem como nas Políticas Públicas desenvolvidas para o Setor. Apesar dessa situação, a prática contribui como uma forma crucial de reprodução social da vida no campo, e possui desdobramentos culturais, políticos, sociais e econômicos, melhorando a qualidade de vida de quem realiza essa modalidade de cultivo.

Essa produção para autoconsumo, que também é conhecida no campo como “pro gasto”, pode ser caracterizada como agricultura de subsistência, e é aquela onde há o consumo direto das famílias sobre o que é produzido na propriedade rural. Conforme Griza, et al., (2010, p. 66), esse tipo de produção é considerada economicamente “marginal” ou “insignificante”. Conforme Schneider, (2009, p. 18), em meados de 1970, a partir da modernização da agricultura brasileira, a produção para autoconsumo passou por transformações onde, devido a intensas mudanças na prática técnica e produtiva, os produtores adotaram a lógica de mercado, onde resultou a perda da autonomia no processo produtivo de alimentos de uso familiar cotidiano, e também do conhecimento sobre a produção para consumo próprio.

Alimentos de qualidade são itens essenciais para a sobrevivência e o bom funcionamento do organismo humano, pois é a partir deles que o corpo adquire energia e nutrientes necessários para as funções vitais do organismo. O alimento está presente na lista de necessidades básicas do ser humano que. De acordo com o trabalho de Cavalcanti, et al., (2019 p.3 apud Maslow, 1954) as necessidades básicas possui cinco categorias principais: fisiológica, a qual inclui a necessidade da ingestão de alimentos, segurança, afiliação (pertencimento), estima e autorrealização. Conforme Cavalcanti, et al., (2019 p. 4) as “necessidades fisiológicas” é a base da pirâmide de Maslow, e surge com o início do próprio desenvolvimento natural do ser humano. Entretanto, em momentos de crise econômica e social, a satisfação dessa necessidade é frequentemente ameaçada entre os mais pobres. Assim, a produção de alimentos para autoconsumo tem se tornado uma alternativa cada vez mais relevante no contexto de vulnerabilidade

socioeconômica, configurando o acesso a alimentos uma importante expressão da questão social a ser respondida. Cabe salientar que estamos saindo de um período pandêmico, e este fator colocou boa parte da população em processos de insegurança alimentar concreta ou latente.

Com o aumento da preocupação com a qualidade e a variedade dos alimentos que precisam ser diariamente consumidos, se fortalece um já crescente movimento em prol da sustentabilidade alimentar e da busca por uma alimentação saudável, num processo onde muitas pessoas vêm optando em produzir parte dos próprios alimentos em pequenas escalas domésticas ou em arranjos comunitários, com vizinhos, parentes ou amigos, dividindo espaços e organizando coletivamente o trabalho para esta empreitada.

Esse tipo de produção pode, em nossa avaliação, também ser caracterizado como uma forma de agricultura familiar, existindo tanto em espaços urbanos como rurais, e com o principal objetivo de suprir necessidades alimentares de uma família ou de um pequeno grupo de pessoas, buscando alimentos livres de agrotóxicos, e com maior variedade nutricional. Por vezes, pode existir até uma certa produção excedente, mas que não chega a se transformar numa opção consistente de geração de renda direta, muito embora possa ser compartilhada sem contrapartida, trocada por outros itens ou outros alimentos, o que fomenta também a existência de sociabilidades entre participantes dessa prática de plantio.

A importância da alimentação e da produção para autoconsumo de famílias em vulnerabilidade é, portanto, um elemento de extrema relevância que aborda diretamente a segurança alimentar e nutricional de populações em contexto de vulnerabilidade social, e é justo e assertivo que se construam políticas públicas sobre esse tema.

A produção para autoconsumo, conforme foi definida acima, está inserida no contexto do projeto Renda Agricultor Familiar, o qual tem como um dos seus objetivos promover a segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. O projeto é desenvolvido pelos técnicos de Extensão Rural do IDR -Paraná, em conjunto com a população atendida pelas ações do Projeto.

Para a melhor compreensão do contexto que este artigo apresenta, é importante resgatar a discussão a respeito dos modelos de Extensão Rurais vivenciadas no Paraná, desde o modelo clássico, depositante de “inovações externas voltadas para a produtividade”, até o modelo atual, no qual a extensão rural está direcionada ao desenvolvimento rural como um todo, incluindo a melhoria da qualidade de vida das famílias produtoras, e não apenas ao aumento da produtividade.

Conforme Lima, et al, (2014 p.44), a prática extensionista está pautada atualmente em modelos de comunicação com enfoques dialógicos e participativos, objetivando a participação dos atores sociais envolvidos nestes processos. Ou seja, a extensão rural tem se realizado a partir da necessidade de cada família, buscando a melhoria da qualidade de vida dos agricultores, e ampliando a melhoria de suas condições sociais em vários aspectos, como veremos no tópico específico sobre o tema.

Desta forma, a extensão rural desenvolvida pelos/as técnicos/as do IDR-Paraná, contempla ações de inclusão social e acompanhamento de famílias em projetos sociais como o Renda Agricultor Familiar, além do Fomento às Atividades Produtivas Rurais e a Inclusão Produtiva Solidária.

A partir dos trabalhos desenvolvidos junto a famílias em vulnerabilidade social inseridas no Projeto Renda Agricultor Familiar, o trabalho que se apresenta é voltado a conhecer e compreender como a produção de alimentos para autoconsumo das famílias de pequenos agricultores interfere na qualidade de suas vidas. Em que medida as hortas domésticas novas ou melhoradas a partir do projeto, contribui com a segurança alimentar dos envolvidos e com a reprodução social de suas práticas de vida? Quais resultados tiveram as famílias a partir dessa produção? Assim, diante destas questões, este trabalho apresenta seu problema de pesquisa procurando Identificar e descrever quais foram os resultados obtidos a partir da implantação ou de melhorias nas produções domésticas para autoconsumo, que foram desenvolvidas dentro projeto Renda Agricultor Familiar. Neste sentido, o presente artigo apresenta dados que demonstram as ações desenvolvidas pelo Projeto executado pelo IDR-Paraná e como elas contribuíram, a partir da ação de seus

extensionistas com a comunidade local, pretende-se observar se houve melhoria de qualidade de vida entre os pequenos agricultores do município de Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

O objetivo central do presente artigo, é apresentar dados que demonstrem como a produção para autoconsumo, que é umas das ações desenvolvidas pelo Projeto Renda Agricultor Familiar, executado pelo IDR-Paraná, contribuiu, a partir da ação de seus extensionistas com a comunidade local, com uma eventual melhoria de qualidade de vida entre os pequenos agricultores do município de Mandirituba, na Região Metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná.

2. ORIGEM DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR

O Projeto Renda Agricultor teve seu início em 2015, e é parte do Programa Nossa Gente Paraná, anteriormente conhecido como Família Paranaense. O mesmo é desenvolvido pelo IDR-Paraná e está vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF). O Projeto busca promover a inclusão socioprodutiva das famílias de agricultores familiares, em situação de vulnerabilidade social, incluídas no Programa Nossa Gente Paraná, através do repasse de um auxílio financeiro às famílias e da prestação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural, possibilitando a geração de renda e o acesso a políticas públicas de cidadania, preservando a autonomia dos beneficiários e considerando as questões ambientais, melhorando assim os índices de qualidade de vida dessas populações.

O Projeto surge ainda como ferramenta para garantir acesso a direitos para as famílias produtoras rurais que se encontram em vulnerabilidade social, em locais onde há precariedade na implementação de Políticas Públicas. Entre os objetivos da iniciativa, ainda inclui-se promover uma melhor qualidade de vida através da melhoria do saneamento básico, da segurança alimentar e nutricional, e a partir da criação ou da melhoria de uma horta para autoconsumo, além da geração de renda através do apoio à elaboração de projetos empreendidos com e pelas famílias envolvidas. Esses direitos das famílias, em vulnerabilidade social, estão presentes na PNAS, Conforme a Política Nacional de Assistência Social, (2004 p.33), é necessário que haja uma articulação entre as Políticas Públicas, serviços,

programas, projetos e benefícios de proteção básica, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, para assim contribuir para superar as condições de vulnerabilidade e prevenir situações que indiquem risco potencial às condições de dignidade da vida humana.

A construção deste artigo pretende apresentar e discutir dados obtidos a partir do resultado das ações desenvolvidas pelo projeto descrito acima, no período entre 2021 e 2022, no município de Mandirituba-PR. Para tanto, nos dedicamos a realizar uma análise acerca das condições de vida das famílias envolvidas, e a eventuais mudanças que possam ter ocorrido com a implantação de hortas para autoconsumo a partir do projeto, pontuando mudanças que essa atividade possa ter trazido aos/às beneficiários/as que participaram da atividade.

O texto constitui o trabalho de conclusão de curso - TCC - da Especialização em Questão Social Pela Perspectiva Multidisciplinar da UFPR - Setor Litoral. Como tal, um dos critérios exigidos para aprovação, é a relação do artigo com alguma questão que envolve o território do litoral do Paraná. O projeto analisado possui abrangência estadual, e tem ações acontecendo também no Litoral, onde já existe uma pesquisa (de outra extensionista do IDR-Paraná) com temas próximos aos que serão tratados aqui, tendo este um o olhar para o município de Mandirituba.

Dessa forma, a intenção de envolvimento com o território do litoral do Paraná passa por construir conhecimentos que possibilitem, futuramente, viabilizar quadros comparativos entre os resultados do projeto Renda Agricultor Familiar em territórios diferentes, onde o conhecimento sobre como ocorreram as atividades da iniciativa em Mandirituba, possam contribuir com a análise das ações desenvolvidas no Litoral do Paraná.

3 EXTENSÃO RURAL

O serviço de Extensão Rural no Paraná está ativo desde 1956, a partir da criação do escritório Técnico de Agricultura (ETA), conhecido como ETA – Projeto15, o qual possuía convênio firmado entre o Governo paranaense e norte-americano. Conforme Monteiro, (2021, p.2), “o objetivo inicial era melhorar a produtividade

agrícola brasileira e paranaense” e “a iniciativa deu tão certo, que ao terminar o prazo do projeto, uma associação assumiu a continuidade do trabalho, a ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural).”

Em 1960 inicia-se um novo modelo produtivo agropecuário no Brasil, que prometia modernizar as relações de produção no campo. Conforme Lisita, (2005 p.1), esse suposto avanço foi possível devido a uma ação conjunta e organizada pelo tripé: ensino, pesquisa e extensão:

Isto é, universidades, órgãos de pesquisa e extensão rural foram responsáveis pela introdução dos pacotes tecnológicos voltados para utilização intensiva de insumos e máquinas, com o objetivo do aumento da produtividade. (Lisita, 2005, p.1)

Ainda, segundo Lisita, (2005 p.1), partia também dos grandes produtores a necessidade de modernizar a produção. E para isso, era necessário “educar” os/as agricultores/as para que esses viessem a adquirir e operar equipamentos novos e insumos industrializados, necessários para a modernização da atividade agrícola.

Segundo Neto, (2013, p.58) essa necessidade de modernização se deu a partir da implantação da indústria automobilística, a qual significou o marco inicial de todas essas transformações. Junto com o desenvolvimento industrial, surgiu o desenvolvimento do transporte rodoviário (construção de estradas, pavimentações de vias públicas urbanas) e a expansão de um conjunto enorme de outros segmentos industriais como aqueles responsáveis pela oferta de todos os insumos necessários à fabricação do automóvel: borracha, pneus, vidro, aço, entre outros. Inclua-se também no contexto, todo um conjunto de pequenas e médias empresas de autopeças que lidavam com esses itens.

Segundo Lisita, (2005 p.2), foi a partir desse contexto de rápida expansão econômica, que surgiu a indústria de máquinas agrícolas, tendo como marco histórico a implantação das primeiras plantas fabris de empresas produtoras dos tratores de quatro rodas. O autor cita em seu trabalho alguns modelos de máquinas, sendo elas os tratores agrícolas, colheitadeiras e os implementos agrícolas, sendo que este último substituiu desde pequenas ferramentas de uso manual, passando por arados e grades dos mais variados modelos e tamanhos, até equipamentos com

maior grau de complexidade tecnológica, como por exemplo as modernas máquinas de “plantio direto”.

O incremento de ferramentas produzidas em série, e de maquinário moderno e industrial, produzido em larga escala, acabou, ao longo do tempo, contribuindo com o êxodo de um segmento importante do cenário rural: os artesãos.

Antes da chamada modernização do campo, boa parte dos equipamentos eram produzidos de forma manual em galpões localizados na própria área rural ou em seu entorno, por sujeitos que ocupavam o cenário rural a partir desta posição. Depois da chegada dos equipamentos do mercado de maquinário agrícola, esses atores ficaram deslocados no território, e, em grande parte, partiram buscando outras oportunidades.

A partir de 1970, o meio rural passa a apresentar diversas novas dificuldades prejudiciais à vida das famílias camponesas, dificuldades estas, oriundas do processo de transformações que vinha se intensificando de maneira acelerada no período. Define-se como famílias camponesas, segundo Fernandes, (2014, p.152), como sendo uma família que desenvolve uma agricultura incompleta, portanto não conseguem se conectar ao capitalismo. Ainda segundo o autor, a agricultura familiar seria aquela que consegue produzir para o capitalismo e integrar-se a ele.

De acordo com dados do Jornal Homem e a Terra (2006), entre 1976 e 1985, o êxodo rural intenso torna-se realidade, e com ele surgem grandes problemas sociais no país, o que resultou em dificuldades sociais, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

Alguns dos principais problemas enfrentados pela Agricultura Familiar eram a falta de acesso a serviços básicos como saúde, educação, energia elétrica e água encanada, e políticas governamentais inadequadas. As políticas adotadas no período, não atendiam as necessidades da população do meio rural. Havia falta de apoio e investimentos em infraestrutura, assistência técnica, crédito rural e acesso a mercados, o que dificultava o desenvolvimento agrícola equitativo entre grandes e pequenos agricultores, degradando sua qualidade de vida.

O conjunto de dificuldades descrito, gerava a expulsão dos camponeses de seus territórios, e se transformava em expressões da questão social nos territórios

urbanos, onde as periferias eram marcadas pela miserabilidade e péssimas condições de vida entre esses sujeitos que se deslocavam para as cidades, sem qualquer apoio ou condições de desenvolvimento a partir de políticas públicas (que eram inexistentes) voltadas a essas populações.

Dos desdobramentos das consequências do êxodo rural nas áreas urbanas, e das dificuldades vivenciadas no campo, ampliou-se a exigência da sociedade por serviços diferenciados de extensão rural, serviços esses que contribuíssem para reduzir as consequências sociais da chamada modernização da produção agrícola e de seus impactos sobre o modo de vida dos agricultores.

Quanto ao Paraná, o Estado seguiu acompanhando o mesmo ritmo das políticas nacionais para o Setor. As mudanças na área de Extensão Rural do Estado começaram a ocorrer quando, em 2005, o Governo do Paraná assume a responsabilidade no fornecimento da ATER para a Agricultura Familiar, e a ACARPA se torna a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER), tornando-se uma autarquia.

Nesse período, ocorreu uma disputa entre os departamentos técnicos das Cooperativas e das empresas privadas, as quais também desenvolviam o serviço de assistência técnica aos agricultores/as. O resultado dessa disputa é que a Extensão Rural começou a se afastar da centralidade de questões econômicas, como o crédito rural e a assistência técnica produtivista e mercadológica das lavouras e criações, mudando um pouco o foco para a questão social, de apoio a organizações rurais e da qualidade de vida entre os trabalhadores da Agricultura Familiar.

Em 2010 é instituída, na esfera federal, a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER, regulamentada pela Lei Nº 12.188 de 11 de Janeiro de 2010, cuja formulação e supervisão são de competência do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Segundo o Capítulo I, artigo 2º da mesma Lei, entende-se por Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER, o serviço de educação não formal, de caráter contínuo, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais.

Atualmente os órgãos públicos desenvolvem a ATER voltada para o desenvolvimento do meio rural como um todo, não apenas aplicando técnicas de produção. Esse novo modelo de ATER já era bem definido por autores como Dias (1995), onde na década de 1990 já afirmava que o termo “Extensão Rural”, era vinculado a um conjunto de ações diversificado, que buscava prover informações, difundir conhecimentos, disseminar técnicas ou tecnologias, viabilizar assistência ou assessoria, desenvolver capacidades individuais ou coletivas e promover a articulação entre agentes que buscam realizar objetivos de desenvolvimento rural.

A diferença é que para a atualidade, além das questões da produtividade, a ATER inclui entre os objetivos do desenvolvimento rural, a melhoria da qualidade de vida das populações que sobrevivem enquanto Agricultura Familiar, em todos os seus aspectos e potencialidades.

4. SEDEF e IDR-PARANÁ

A Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (SEDEF), é um desmembramento da Secretaria de Justiça, Família e Trabalho (SEJUF), e a esta compete a responsabilidade de cuidar de alguns programas sociais e dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)

Além disso, é de responsabilidade desta secretaria garantir os direitos básicos dos cidadãos e a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) no Estado do Paraná.

A SEDEF-PR, está regulamentada pelo Art. 46 da Lei nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023. Segundo dados presentes na lei citada, compete à SEDEF-PR:

- I - a formulação, coordenação, planejamento, articulação, execução, monitoramento e avaliação da Política Estadual de Assistência Social, com objetivo de assegurar a proteção social, que visa à garantia da vida, redução de danos e prevenção da incidência de riscos, vigilância socioassistencial e defesa social e institucional, destinada à população em situação de vulnerabilidade e risco social, de acordo com a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, em consonância com as diretrizes do Conselho Estadual da Assistência Social – CEAS/PR;
- II - a consolidação do Sistema Único da Assistência Social - SUAS no território do Paraná, fortalecendo os municípios na gestão da Política

Pública de Assistência Social, na garantia de proteção social às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social;

III - a promoção da proteção social especial às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua e situação de trabalho infantil;

IV - o gerenciamento de projetos de prevenção de risco e assistência básica para pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade social;

V - a formulação, coordenação, planejamento, acompanhamento, monitoramento e suporte técnico à Política Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - a formulação, coordenação, acompanhamento, monitoramento e suporte técnico à Política Estadual de Defesa dos Direitos da Juventude;

VII - a coordenação da articulação das unidades operacionais da Secretaria de Estado de Ação Social e Família e com órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta nas três esferas e entidades da Sociedade Civil, visando à integração das suas ações na execução das Políticas Estaduais relacionada ao âmbito de atuação da Pasta;

VIII - a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, com ações e medidas focadas no atendimento das necessidades básicas;

IX - a coordenação e proposição de ações transversais no que se refere à formação, fortalecimento e promoção da família, de forma a promover a inserção de uma perspectiva de família em todas as áreas de atuação do Governo;

X - a defesa dos direitos da pessoa com deficiência. (SEDEF, 2023)

É responsável pela secretaria, atualmente, o secretário Rogério Carboni, o qual é advogado. A estrutura desta secretaria está dividida em vinte e quatro escritórios regionais, e essa divisão por regiões, contribui para que os projetos desenvolvidos sejam executados de forma razoavelmente homogênea em todo o Estado.

A Regional que desenvolve as ações analisadas neste artigo, é a de Curitiba. A SEDEF é responsável pelo Programa/Sistema Nossa Gente Paraná, antes conhecido como Família Paranaense. É através deste sistema que ocorre o acompanhamento das famílias atendidas pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e por onde é realizada a seleção das famílias para a participação em projetos sociais. É fundamental a participação da equipe técnica do CRAS na realização dos projetos, visto que todas as famílias que participam das ações são atendidas, e muitas vezes acompanhadas de forma direta, pela equipe técnica. As famílias que participam do projeto, também são acompanhadas pelos/as técnicos/as do IDR - Paraná, a partir das ações de assistência técnica de extensão rural.

As atividades dos extensionistas rurais, no Paraná, começaram efetivamente por meados de 1950, com a criação do Escritório Técnico de Agricultura (ETA). Naquele período, os técnicos extensionistas estavam em busca de informações que pudessem “aplicar” como soluções para melhorar a produção nas lavouras e nas criações de animais. Essas informações eram distribuídas através de práticas da educação bancária (conforme veremos adiante), via depósito de conhecimentos prontos e externos, que anulava os agricultores como sujeitos efetivos da construção de soluções acerca dos problemas que existiam em sua rotina de trabalho e em sua vida.

Em 1959, o ETA passou a ser Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA), e o foco da atividade passou a ser vinculado a problemas dentro de uma perspectiva mais econômica. Em 1977 foi criada a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), a qual continuou desenvolvendo as atividades da ACARPA, contudo, robustecendo novamente os aspectos técnicos da produção. Após alguns anos, mais precisamente em 2005, a EMATER passou a ser autarquia vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (SEAB), tendo assim a denominação de Instituto EMATER.

O Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR - PARANÁ) foi criado pela Lei 20.121/19 de 31 de dezembro de 2019, com o objetivo de incorporar quatro instituições, sendo elas: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná (CODAPAR), o Centro Paranaense de Referência de Agroecologia (CPRA) e o Instituto Agropecuário do Paraná (Iapar). A partir dessa incorporação, os quatro órgãos deixaram de existir de forma individual, como instituições autônomas, e passaram a formar uma única entidade, que está vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB).

O IDR - PARANÁ tem como missão: prestar serviço integrado de pesquisa e experimentação agrícola, de assistência técnica e extensão rural, de fomento ao meio rural e de expansão da base de agroecologia para a produção de alimentos de alta qualidade, de forma ágil e eficiente.

5 DEBATES SOBRE A PROMOÇÃO SOCIAL E CIDADANIA NO ÂMBITO DA EXTENSÃO RURAL E O PAPEL DO IDR -PARANÁ

No início da década 60, de acordo com Siliprandi (2002, p.10), os extensionistas tinham como ações predominantes aquelas ligadas à transferência de tecnologia para os agricultores, visando apenas o aumento da produtividade e o desenvolvimento econômico das comunidades a partir dessas novas tecnologias.

Essas ações divergem das reflexões de Paulo Freire (1983 apud Tommasino, 2011, p.3), onde para esses autores, é necessário que o extensionista atue como facilitador de processos da produção de conhecimentos coletivos, construídos junto/com/entre os agricultores, respeitando os conhecimentos que esses trabalhadores já possuíam antes, de uma maneira que se leve em consideração a cultura local, entendendo que se trata de uma relação entre sujeitos que é permeada por saberes diferentes, porém válidos dentro de contextos diversos que passam a se relacionar.

Lembremos que o extensionista aprende seu ofício também com e na relação com o agricultor, da mesma forma com a qual o agricultor diversifica seu conhecimento em contato com o extensionista. Trata-se, portanto, de uma relação permeada por engajamento coletivo, onde o outro é necessário, mas o respeito à existência do outro, enquanto sujeito, é imprescindível.

Para que as ações de extensão rural possam ser implementadas efetivamente, é necessário que o extensionista entenda o camponês como “sujeito de fato” nos processos com os quais se envolve, e não se relacione com ele como se o mesmo fosse um objeto sobre o qual se aplicam técnicas ou práticas, como se a ação extensionista fosse sobre um “jarro vazio onde se depositam conhecimentos superiores” (Freire, 1983, p. 38), vindos de uma origem que não faz parte do mundo do agricultor.

O engajamento das famílias depende, entre outros fatores, de que suas contribuições e falas sejam levadas em conta na hora do planejamento e da implementação das políticas e ações de extensão. Não basta apenas ouvir o que o trabalhador rural tem a dizer sobre os temas. É preciso realmente engajar pelo acolhimento, pelo ato de levar em consideração, suas contribuições e propostas.

A partir do momento em que não há esse cuidado, passa-se a negligenciar a capacidade que o sujeito da agricultura familiar tem de tomar suas próprias decisões, afetando sua autonomia, seu protagonismo e criando dependência em lugar da emancipação, uma vez que há, na relação que se constrói sem o respeito ao “outro”, um conhecimento “válido” e outro, que precisa ser validado - e que é aquele que possui o camponês, o que exige sempre a presença externa para avaliar ações, afirmar posições, propor atividades e demandas. Outra possibilidade além da dependência, no caso da replicabilidade de práticas da **educação bancária**, é a apatia, onde o extensionista perde o canal de diálogo com o agricultor. A concepção bancária de educação nega o diálogo, à medida que na prática pedagógica prevalecem poucas palavras, já que “o educador é o que diz a palavra; os educandos, os que a escutam docilmente; o educador é o que disciplina; os educandos, os disciplinados” (Freire, 2005, p. 68).

Tanto para Freire (1983), quanto para Tommasino (2011), é através do trabalho dialógico que se deve proceder na extensão rural, pois dessa forma não se invade, não se manipula, não se determina, e não se condiciona “o outro”.

O sistema de “depósito” de conhecimentos, que normalmente é imposto aos camponeses, se dá, em grande medida, devido à urgência do tempo. Parece ser mais rápido o efeito sobre as comunidades, de ações onde os conhecimentos existentes, tradicionais e locais, são substituídos “imediatamente” por práticas supostamente mais modernas e eficazes, que são consideradas mais apropriadas (Freire, 1983) por parte dos interesses dos gestores dos serviços de extensão e das políticas públicas. Essa pressa, é determinada por vezes dentro da lógica de um sistema onde os mandatários de cargos públicos precisam de resultados que gerem impacto de acordo com o calendário eleitoral, e não com interesses sobre a real necessidade das comunidades, respeitando seus tempos, sua história, sua organização e seus modos de vida.

Pensando em questões de gênero, por exemplo, vale lembrar que durante alguns anos, a Extensão Rural era desenvolvida por um técnico de Ciências Agrárias, homem, e uma mulher capacitada a atuar no campo da “Economia Doméstica”. Era de responsabilidade da extensionista mulher fazer os atendimentos

voltados para a família, e ao extensionista homem os atendimentos ligados à produção agrícola. Segundo Hirata (1995, p.243), existia aí um sistema formado pela divisão sexual do trabalho e das relações sociais de gênero de características sexistas. Isso porque o trabalho é a base material da 'tensão' que se estabelece entre homens e mulheres, como grupos sociais. A autora afirma que existem inúmeros dados empíricos que atestam o caráter indissociável do trabalho profissional e doméstico.

A vinculação histórica das mulheres ao espaço doméstico, por si só, já as coloca em desvantagem em relação aos homens quanto às atividades que favorecem a promoção na carreira. Tal desvantagem permeia toda a vida profissional, inclusive a aposentadoria, posto que a descontinuidade da vida profissional e o trabalho em tempo parcial são mais comuns entre as mulheres. (Hirata, 1995, p.143)

Por muitos anos os afazeres domésticos não eram considerados como trabalho. Não que nos dias atuais tais atividades tenham ganhado a real importância, mas por longo tempo, o trabalho doméstico era destinado apenas às mulheres, e sobre ele, sequer existia algum tipo de reivindicação ou problematização.

Dessa maneira, havia um grande desperdício de oportunidades e de supressão de direitos tanto entre os agricultores que recebiam os serviços de extensão, quanto entre os próprios extensionistas. A divisão sexual do trabalho no campo criava uma cultura onde as mulheres eram reduzidas ao trabalho doméstico, independentemente de suas eventuais habilidades e capacidades de contribuição na produção, e os homens também eram, em certa medida, impedidos de participar da atividade doméstica por conta da cultura machista, que ridicularizava os homens que participassem de tarefas consideradas femininas (ou seja, todo o trabalho doméstico).

A forma de a extensão rural lidar com esse tipo de problema, durante muitos anos, aprofundou essa situação, em vez de questioná-la, apresentar saídas para suas contradições, e superá-la tanto na forma, quanto no conteúdo. Na forma, por apresentar as abordagens a partir do critério sexista: homens falam com homens e mulheres falam com mulheres. No conteúdo, por submeter as abordagens à divisão

sexual determinada pela forma: homens lidam com trabalho de homens, mulheres lidam com trabalhos de mulheres. O sexismo condicionava a ação, reproduzindo entre extensionistas e agricultores, indistintamente, a mesma lógica da divisão sexual do trabalho.

Vale ainda lembrar que, segundo Mioranza (2022, p.63), a atividade extensionista rural seguia o preceito de que “o objetivo da extensão, estabelecido a partir de enfoques teóricos sobre o desenvolvimento rural, era diminuir a pobreza rural, vista como decorrência da ignorância e da resistência às mudanças que (supostamente) caracterizariam os agricultores” (Mioranza, 2022, p.63). Entre essas resistências a mudanças, havia a aversão cultural de se debater questões como as de gênero, relacionadas ao trabalho. Tratava-se, portanto, de uma perspectiva que imputou a responsabilidade sobre problemas sociais para as próprias vítimas dessa situação, numa tentativa de desresponsabilizar o Estado e o restante da sociedade pelo cenário existente.

Ressaltamos que o modelo da década de 60, que apontava a caracterização dos trabalhadores rurais como pobres em decorrência de sua “ignorância e resistência às mudanças”, aprofundava a divisão sexual do trabalho ao invés de combatê-la, bem como naturalizava a suposta “superioridade” do conhecimento vindo de outra cultura - a urbana -, reduzindo a autoestima dos agricultores e o orgulho em relação aos seus modos de vida, o que funcionava como um modelo de dominação cultural.

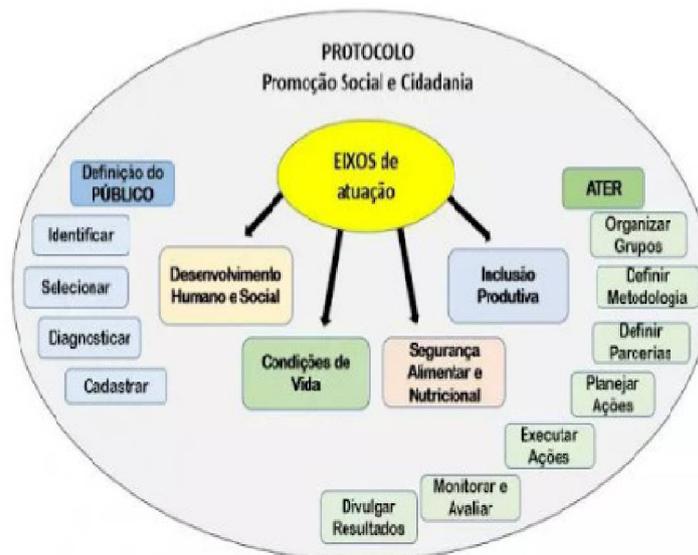
A aceitação da imposição de práticas e conhecimentos que eram "trazidos" por terceiros e "anunciadas" como “boas novas” aos agricultores, somadas à passividade diante de expressões da questão social como a opressão às mulheres, com a ausência de ações que problematizassem a divisão sexual do trabalho no campo, eram parte da superestrutura que se constrói como suporte cultural da manutenção do status e nas relações econômicas, e que se traduz nas práticas extensionistas.

Não havia nesse modelo de extensão rural, que acompanhou a chamada modernização da agricultura no Brasil, a preocupação que trabalhasse o protagonismo das famílias para construir autonomia suficiente para superar suas

dificuldades, se emancipando das imposições criadas pelo modelo industrial de produção agrícola. Ao contrário, essas práticas de extensão serviam para ampliar a produtividade - industrializando e mecanizando o campo -, mas mantendo os aspectos de um modo de vida forjado na colonização do outro, estruturado em recortes sociais de classe, de gênero, de raça e de sexo. No Brasil atual, algo próximo ao que se chama, comumente, de “liberal na economia, mas conservador nos costumes”. Naquele contexto, seria: “moderno na técnica de produção, conservador nas relações de dominação”.

Neste contexto, a atuação do IDR aparentemente busca ser diferente das práticas anteriores da extensão rural. Em meio à reconstrução das abordagens, surge a Coordenação Estadual de Promoção Social e Cidadania do IDR-Paraná, que se torna responsável pelas atividades que envolvem a área social das atividades de extensão. A Equipe de Promoção Social e Cidadania, hoje é formada por três extensionistas, sendo uma agrônoma e duas assistentes sociais. Para estruturar as ações, existe um Programa Estadual de Promoção Social e Cidadania, o qual é dividido por eixos:

Imagem 1 - Eixos de Atuação



Fonte: IDR – Paraná, 2023

Segundo Monteiro (2021), o grande desafio da Extensão Rural é se aparelhar para modernizar a forma de se relacionar com os agricultores e ajudar a diminuir as desigualdades no campo, promovendo uma universalização da assistência técnica e extensão rural, de forma que o Paraná seja um Estado menos desigual.

Conforme o autor, hoje os pesquisadores e extensionistas devem estar encaixados, prioritariamente, numa ação nos municípios com baixo IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) e se voltar aos produtores que realmente precisam do Estado: “É preciso ajudar o agricultor a ter mais renda, mais qualidade de vida e uma agricultura mais competitiva.”

Apenas a título de ilustração, a autora deste artigo é Economista Doméstico e atualmente é uma das Extensionistas Rurais que atuam diretamente com a Promoção Social no IDR-Paraná.

6 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA - PR

O município de Mandirituba está localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), estando a 41,2 km da capital paranaense, e seu acesso se dá pela BR 116. Tem como limites: Fazenda Rio Grande ao norte; Agudos do Sul ao Sul; São José dos Pinhais e Tijucas do Sul a Leste; Quitandinha e Araucária a Oeste, e ocupa uma área de 381,392Km² segundo dados extraídos do site Oficial da Prefeitura Municipal de Mandirituba. Segundo IBGE (2022), sua população é de 27.434, sendo 66% moradores da área rural e 34% da área urbana. O IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) é de 0,655 sendo inferior à média do Brasil que é de 0,754.

Sobre a agricultura no município, Mandirituba possui uma variedade de produtos agrícolas, tendo destaque para o cultivo de milho, feijão, soja, camomila, fumo em folhas, cebola e batata-doce. Além destes, o município tem uma produção significativa de morango, orgânicos e convencionais, além da batata-salsa.

Mandirituba recebeu o título de Capital da Camomila, por ser o maior produtor de Camomila do Paraná, tanto em área quanto em produtividade. Segundo a Secretaria estadual da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), (2021) foram 280 toneladas da

erva produzidas em 2020, gerando um Valor Bruto de Produção (VBP) de R\$ 6,64 milhões - 11,93% do VBP total do município.

Quanto aos dados sociais, extraídos do Sistema Nossa Gente Paraná, no ano de 2023, Mandirituba possuía 5.189 famílias cadastradas no CAD Único, sendo 1.258 em Alta Vulnerabilidade Social. Estas famílias são consideradas em Alta Vulnerabilidade Social a partir do IVF (Índice de Vulnerabilidade Familiar) que em Mandirituba é de 0,3215. Este índice tem uma variação que está entre 0 e 1, sendo que quanto mais próximo de 1, mais vulnerável socialmente está a família.

Segundo dados extraídos da Secretaria do Desenvolvimento Social e Família (2013), foi desenvolvido pelo Iparde (Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social), em conjunto com a Secretaria de Desenvolvimento Social, um índice chamado IVF-PR, com objetivo de identificar e mensurar o grau de vulnerabilidade social das famílias Paranaenses.

Essa ferramenta foi desenvolvida para criar uma maneira objetiva e padronizada, que pudesse ser comparável em todos os municípios, para selecionar famílias prioritárias no atendimento intersetorial. Essa medida leva em consideração indicadores importantes da situação familiar que ultrapassam o simples critério da insuficiência de renda. Além disso, trata-se de um instrumento norteador das ações para desvincular a eleição das famílias a partir de critérios subjetivos e discricionários. (SDSF, 2014)

A seleção das famílias participantes do Projeto levou em conta, entre outros fatores, também esses índices.

7 DADOS DO PROJETO RENDA AGRICULTOR FAMILIAR

O Projeto teve início em 2015, com os objetivos de promover a saúde (através do saneamento básico), promover segurança alimentar e nutricional (a partir da implantação ou melhoria de uma horta para consumo da família), além de ações de geração de renda através de políticas públicas voltadas para a Agricultura Familiar, entre núcleos familiares que se encontram em vulnerabilidade social.

Esse arranjo é fruto de uma parceria entre o IDR-Paraná, SEDEF e SEAB (Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento). Vale ressaltar que o projeto foi iniciado ainda enquanto existia a EMATER, isto é, antes da junção que resultou no IDR- Paraná. É de responsabilidade do IDR-Paraná a execução do projeto que

envolve a seleção das famílias, a busca ativa de beneficiários através de visitas técnicas, o diagnóstico sobre as maiores dificuldades e as potencialidades, a elaboração dos subprojetos (visando a melhor forma de utilizar o recurso a ser recebido), o direcionamento das famílias para as capacitações na área de escolha da atividade produtiva, o acompanhamento durante toda a vigência do projeto, o auxílio na prestação de contas e a conclusão do ciclo de atividades.

Para desenvolver as ações citadas neste trabalho, foram realizadas parcerias entre o IDR-Paraná e os municípios, representados pelos CRAS (Centro de Referência e Assistência Social), pois o conhecimento dos/das assistentes sociais do CRAS foi fundamental para a seleção das famílias.

Como já apontamos, além dos esforços institucionais acerca das atividades de extensão, é primordial que as famílias entendam os objetivos do Projeto e queiram participar do mesmo, para que se possa obter os melhores resultados possíveis a partir da atividade. “É a união do conhecimento do técnico, o interesse da família e boas parcerias que garante o sucesso do projeto”. (Kriek, 2021, p.15). O desafio, portanto, passa também pela construção do engajamento popular junto à iniciativa.

Segundo a Caderneta Renda Agricultor Familiar (2021), entre os anos de 2015 a 2021, foram atendidas pelas ações do projeto, em todo o Estado, 6.154 famílias em todo o Estado, e totalizando o número de 24.204 pessoas, ou seja, membros das famílias, como mostra a imagem a seguir:

Figura 2 - Resultados do Projeto Renda Agricultor - Período de 2015 a 2021



Fonte: IDR – Paraná, 2021

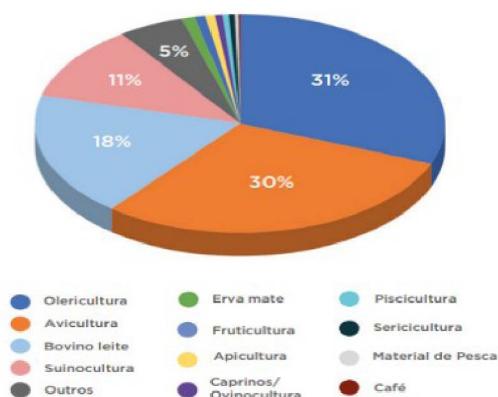
Conforme se observa, com o Projeto Renda Agricultor Familiar (2015), “através do aporte financeiro que propiciou, foi possível melhorar as condições de vida e iniciar atividades produtivas para estas famílias que tiveram a oportunidade de revelar a sua capacidade e potencial de produzir e gerar renda.” (Caderneta, 2015)

De antemão, na própria construção do dado, a figura proposta pela instituição já aponta a tentativa de promover o protagonismo feminino na iniciativa, onde das 6154 famílias atendidas pelo projeto, 6007 têm as mulheres como responsáveis do núcleo familiar dentro dos processos.

É preciso apontar que o Projeto permite que na etapa inicial, o/a beneficiário/a utilize o recurso recebido em duas áreas que são compostas por ações que visam a melhoria da qualidade de vida: o saneamento básico, onde pode ser realizado a construção ou conclusão de um banheiro, ou uma fossa, encanamento, caixa de água e caixa de gordura; e a outra é a ação voltada para a promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), e que terá maior destaque nesse trabalho. Nessa primeira etapa, portanto, é possível executar a construção ou melhoria de uma horta para o autoconsumo da família.

Na segunda etapa, o/a beneficiário/a deve desenvolver o projeto de geração de renda, de acordo com sua aptidão e experiência profissional. É possível escolher entre atividades produtivas agrícolas ou não agrícolas, como mostram as figuras 03 e 04.

Figura 3 - Resultados das Atividades Desenvolvidas no Projeto Renda Agricultor Familiar - Período de 2015 a 2021



Fonte: IDR – Paraná, 2021

Figura 4 - Atividades Não Agropecuárias Apoiadas pelo Projeto Renda Agricultor



Fonte: IDR – Paraná, 2021

Respeitar a experiência profissional dos/as beneficiários/as, para as proposições de ação de geração de renda, financiadas do projeto, dialoga com os saberes que esse sujeito já havia construído em sua vida, anteriores à ação de extensão.

Segundo Caporal (2008, apud Lima; et al, 2014 p.48), a política de ATER passou a ser reconhecida como um importante instrumento na busca de inclusão social dos setores mais desfavorecidos do meio rural. De acordo com Mioranza, (2022, p. 64), após 1980 e até os dias atuais, a extensão rural tem a visão da importância da inclusão, de forma participativa, dos produtores para as atividades.

O projeto Renda Agricultor Familiar, no período analisado, procurou contribuir com a inclusão social dos setores mais desfavorecidos no meio rural, ou seja, contribuir com o acesso e a garantia de direitos aos produtores rurais, em situação de vulnerabilidade social, através de acesso a políticas públicas que procurem levar em consideração a efetiva participação dos sujeitos:

Ao se admitir a Extensão Rural como um veículo para direitos fundamentais, constrói-se uma estrutura que permite a participação dos agricultores nas questões que lhes são mais caras. Ao garantir aos agricultores o papel de destaque nessa instituição pública, viabilizam-se as condições para que exijam, pelos meios legais, as faltas e ausências estatais que por ventura surjam na busca contínua pelo desenvolvimento. Esses focos externos e orientações internas são pré-condições para a dignidade do trabalho desses agentes de desenvolvimento na promoção do justo e merecido desenvolvimento do meio rural. (Lelis, Coelho, Dias, 2012, p.14)

7.1 SELEÇÃO DOS/AS BENEFICIÁRIOS/AS

Para a seleção das famílias que participaram do Projeto, o sistema do Nossa Gente Paraná, disponibilizou uma lista de perfil estabelecendo os seguintes critérios: renda per capita inferior ou igual a R\$ 218,00; residir em área rural; possuir índice de vulnerabilidade familiar (IVF) igual ou superior ao do município (onde atualmente Mandirituba possui o IVF de 0,3465); ter a aprovação do Comitê Municipal do Nossa Gente Paraná; ter recebido a visita do/a técnico/a do IDR-Paraná; aceitar os termos do projeto mediante assinatura.

Em Mandirituba, há um relacionamento próximo entre o IDR-Paraná e o CRAS, o que facilita a seleção das famílias e conseqüentemente o acompanhamento das mesmas durante a execução do projeto. Vale ressaltar, que é de grande importância essa participação, e acompanhamento realizado pela equipe técnica do CRAS. Visto que é a equipe que atendem e conhecem a família de forma direta. Ou seja, realizam os atendimentos a serviços oferecidos diariamente no Centro de Referência e trabalham com a promoção de melhoras na qualidade de vida.

A pré-seleção das famílias é realizada a partir de uma lista, denominada Lista Perfil, disponibilizada pelo sistema Nossa Gente Paraná. A partir dessa lista, a assistente social do CRAS, identifica quais as famílias possuem as características necessárias para a adesão ao projeto. Entre as características, estão: possuir conhecimento prévio sobre a atividade produtiva que desenvolverá: ser ou ter sido acompanhada pela equipe do CRAS; ter aptidão para o empreendedorismo; entre outros.

As visitas de busca ativa são realizadas sempre de forma conjunta pela técnica do CRAS e pela técnica do IDR-Paraná. Durante a primeira visita, a técnica do IDR-Paraná é responsável por apresentar o projeto para a família, identificar a aptidão, e elaborar o diagnóstico das mesmas.

Após a realização das visitas de busca ativa, as famílias são apresentadas ao comitê local do Programa Nossa Gente Paraná, o qual é responsável pela aprovação ou reprovação das famílias a participarem do Projeto. Vale ressaltar que esta aprovação pelo comitê é fundamental, visto que, é possível que as famílias já tenham participado de outros projetos e não tenha executado de forma correta.

Dessa forma, é preciso que o Comitê Local estude o caso e faça a decisão de aprovar ou reprovar a participação da família no Projeto.

Mesmo durante o encerramento das seleções, é comum que outras famílias fiquem sabendo do projeto e procurem o CRAS ou até mesmo o IDR-Paraná demonstrando interesse pelas atividades desenvolvidas no projeto. Sendo assim, as técnicas envolvidas incluem essas famílias em uma lista de espera, e quando há o surgimento de novas vagas, são realizadas visitas a essas famílias interessadas em participar.

7.2 RECURSO RECEBIDOS PELAS FAMÍLIAS

O Projeto é executado a partir da transferência de recursos a fundo perdido, onde o valor só pode ser acessado a partir do saque em agência bancária, que deve ser realizado pelo/a responsável da família. Atualmente a família recebe o valor de R\$3.000,00, sendo R\$2.000,00 na primeira parcela e R\$1.000,00 na segunda.

Com o valor de R\$ 3.000,00, que é o valor dos projetos que estão em andamento, a família pode usar até R\$ 1.000,00 no saneamento básico, até R\$ 600,00 na horta para o consumo da família, e todo o valor restante deve ser utilizado no projeto de geração de renda.

Das 21 famílias que participaram do projeto no período estabelecido neste trabalho, apenas 1 família não teve o recebimento da 2ª parcela, visto que foram realizadas várias visitas e o beneficiário não apresentou as notas fiscais e nem os produtos que segundo ele haviam sido comprados com o recurso recebido. Podemos assim dizer que durante esse período, obtivemos excelentes resultados, tendo em vista que apenas 1 beneficiário não conseguiu concluir o projeto como o planejado.

Para a liberação da 2ª parcela é necessário que o/a beneficiário/a apresente as notas fiscais referentes às compras realizadas com o recurso recebido e que seja elaborado um laudo autorizativo desta parcela, onde consta a assinatura do/a técnico/a e do/a beneficiário/a. Caso isso não ocorra, o projeto é cancelado.

8 METODOLOGIA DA PRODUÇÃO DO ARTIGO

Frequentemente, a metodologia para produção de textos acadêmicos se inicia pela pesquisa bibliográfica acerca do tema a ser estudado, onde há o objetivo de aprofundar o debate com embasamento teórico suficiente para sustentar posições. Neste caso, entretanto, por se tratar de um assunto com o qual a autora do trabalho já está envolvida há cerca de cinco anos, por ser extensionista rural e trabalhar diretamente com o projeto Renda Agricultor Familiar, a construção deste iniciou-se a partir da experiência de campo.

Trata-se de uma pesquisa participante, visto que a pesquisa foi realizada a partir da convivência com os/as beneficiários/as dos projetos, onde a pesquisadora participante procura ocupar o papel de facilitadora, na construção de conhecimentos coletivos, aplicáveis à solução de problemas concretos. Segundo Soares e Ferreira (2006) a pesquisa participante implica necessariamente na participação, tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa. A metodologia deste trabalho foi dividida em etapas, sendo: 1- Identificação do problema vivenciado em campo; 2- Planejamento da abordagem; 3- Coleta de Dados; 4- Análise de Dados; 5- Relato dos resultados e por último 6- Reflexão crítica.

Além da pesquisa participante, foi realizada a pesquisa bibliográfica. Segundo Macedo (1994, p.13), a pesquisa bibliográfica se define como sendo a busca de informações bibliográficas, seleção de documentos que se relacionam com o problema de pesquisa e ao respectivo fichamento das referências para que sejam posteriormente utilizadas, bem como o levantamento de autores que tratam sobre o tema abordado.

Foi necessário, ainda, recortar o objeto e delimitar o município para que se pudesse desenvolver o trabalho com melhor qualidade, visto que a autora atualmente trabalha em mais dois municípios, além de Mandirituba, sendo eles Agudos do Sul e Tijuca do Sul. A escolha por este município se deu devido os resultados dos projetos, de forma geral, terem sido melhores que em outros municípios que a autora também trabalha, mas esta questão será melhor discutida nos resultados deste trabalho. Foi delimitado o período de 2021 e 2022 para estudo, pois nesse período foi desenvolvido o maior número de projetos, desde 2019, ano

em que a autora iniciou seus trabalhos em Mandirituba, e também por sem um período recente, o que não trariam resultados desatualizados. Ao total foram estudados 21 projetos.

Consideramos parte da pesquisa bibliográfica e documental, os levantamentos dos dados presentes no sistema Nossa Gente Paraná, o qual é utilizado pela equipe de Assistência Social dos municípios que participam do projeto e pelos/as extensionistas do IDR - Paraná.

9 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como observado ao longo do trabalho, a produção para autoconsumo é parte integrante do Projeto Renda Agricultor Familiar. É necessário que todas as famílias desenvolvam este tipo de produção durante o projeto. Os que já possuem uma boa horta, são apenas incentivados a continuarem, e são fornecidas as informações técnicas para isso, quando necessário. Quando já possuem a horta para autoconsumo, mas há dificuldades evidentes, é dado atendimento para que as melhorias necessárias sejam realizadas, respeitando os conhecimentos do/a produtor/a, quando existentes, sobre as verduras e hortaliças já cultivadas.

Quando não há existência da horta, é necessário um trabalho mais amplo, que aborda desde a implantação dos canteiros, a escolha das mudas a serem cultivadas de acordo com a época do ano, a manutenção do cultivo, até a colheita dos alimentos.

O Município de Mandirituba obteve destaque quanto ao projeto Renda Agricultor Familiar, e este resultado se dá a partir do reconhecimento quanto a importância das ações realizadas pela equipe técnica do município e da equipe técnica do IDR-Paraná, em conjunto com as famílias.

Ao todo já foram realizados 46 projetos envolvendo hortas no município de Mandirituba, até a presente data, com destaque para os anos de 2021 e 2022, onde foram realizados 21 novos projetos. O recurso destinado a esta ação é de R\$600,00, valor pequeno, dada a importância do resultado que se aguarda, a partir da produção de alimentos realizada desta forma.

Das 21 famílias que foram estudadas, 12 não possuíam horta para autoconsumo. Sendo assim, houve a necessidade de realizar a construção das hortas. O projeto não estipula um tamanho padrão para estas hortas, elas são feitas de acordo com o espaço disponível e de acordo com as necessidades da família.

Com o recurso recebido, as famílias podem adquirir itens como: tela para cercar, quando necessário, a fim de proteger dos animais, mudas variadas, de acordo com o clima, adubo, sementes, ureia, ferramentas para uso pessoal, entre outros. Os itens são planejados de acordo com a necessidade das famílias. Mas vale ressaltar que o uso e compra de agrotóxico é proibido pelo projeto. Ainda assim, produtos da agricultura convencional menos agressivos, como a ureia, são permitidos.

Destas 12 famílias, 11 desenvolveram a criação da horta em sua propriedade, e apenas 1 família não possuía espaço suficiente, pois além de seu terreno ser pequeno, o único espaço que comportava a horta era próximo à fossa, o que se torna inseguro para produção de alimentos, visto que é necessário ter um distanciamento de 30 m entre a fossa e a horta, em terrenos planos, e de 15 m em terrenos inclinados. Sendo assim, a saída para este núcleo familiar, foi autorizar a construção da horta no terreno da sogra da responsável, que fica ao lado da casa da família.

Das 21 famílias estudadas, 7 fizeram ações de melhorias, e apenas 1 já possuía uma excelente horta e não usou recursos para essa finalidade. Entre as 21 famílias, houve apenas 1 projeto cancelado, pois o beneficiário utilizou o recurso da primeira parcela de forma indevida, sendo assim, não houve continuidade do projeto e conseqüentemente não foi realizado a construção da horta. Não é possível mensurar o resultado em um valor total investido na produção de autoconsumo por estas famílias, visto que o sistema que gere o projeto não possui um filtro para esta finalidade. Mas os resultados vão além de números, e estão diretamente ligados à promoção da Segurança Alimentar e Nutricional dessas famílias, onde ao todo foram 98 pessoas diretamente beneficiadas com a produção. Além das famílias beneficiadas diretamente, algumas acabam doando os produtos aos parentes,

vizinhos e amigos, desta forma, as hortas também beneficiam outras famílias de forma indireta.

A família é livre para escolher de que forma utilizará o valor destinado à horta, mas é de responsabilidade dos extensionistas realizar a orientação e o acompanhamento do projeto. Além de mudas variadas, que são escolhidas de acordo com o hábito alimentar da família, é muito comum que se utilize parte do recurso na aquisição de tela de proteção, pois é comum que as famílias tenham animais próximos ao cultivo, e que se não cercada as hortas, impedindo assim o acesso dos animais a elas, os animais oferecerão risco a segurança alimentar das famílias. Segue, nas páginas seguintes, uma amostra fotográfica dos cultivos:

Imagem 1 e 2 - Horta para autoconsumo da Família 1



Fonte: Autora, 2023

Imagem 3 e 4 - Horta para autoconsumo da Família 2



Fonte: Autora, 2023

Imagem 5 e 6 - Horta para autoconsumo da Família 3



Fonte: Autora, 2023

Na figura 1 e 2 observa-se o cultivo de repolho, cebolinha e abóbora, e percebe-se que essa beneficiária realizou melhorias incluindo novas mudas, e variedades, na horta. A horta já existia e possuía cerca. A família obteve uma produção tão boa, que dividiu os produtos colhidos com os vizinhos.

Na figura 3 e 4, na horta da família 2, observa-se o uso de pneu para conseguir aproveitar melhor o espaço. Esta família também cultivou folhosos em garrafas pets fixadas no muro. Há controvérsias quanto ao emprego de pneus na produção de hortas, pois há relatos de que as substâncias tóxicas, como metais pesados, podem ser liberados quando exposto ao sol, mas o projeto ainda não atingiu esse nível de detalhamento técnico. Como se trata de um tema ainda em aberto, a opção foi de não ampliar o debate neste momento.

Nas imagens 5 e 6: A família 3 já possuía uma excelente horta, sendo assim, usou recursos para ampliar a variedade de legumes. Observa-se a criatividade da beneficiária em realizar os canteiros com garrafas pets. Além de produzir uma forma estética agradável a ela, ajuda com a sustentabilidade a partir da reciclagem criativa.

No período em que foram desenvolvidos os projetos, houve a aproximação com um outro projeto, piloto, de Sementes Crioulas, que acabou se integrando à instalação das hortas através das famílias. Das 21 famílias estudadas, 7 receberam doações de sementes crioulas, sendo elas: de feijão de tipos variados, milho de tipos variados, rama de batata-salsa e rama de mandioca. Das variedades comuns e sementes de uso mais convencional, fizeram a aquisição de legumes como vagem, alface, couve chinesa, ervilha de grão, tomate entre outras. O objetivo dessa interação foi, além de promover a cultura local, valorizar o fato que Mandirituba possui uma Casa da Semente Crioula, local este organizado pelos próprios produtores, os quais mantêm a casa a partir de troca de sementes feitas entre eles.

A Casa da Semente Crioula realiza trabalhos envolvendo a cultura de preservação dessas sementes, o que contribui com a conservação da biodiversidade e da saúde ambiental do município. Desta forma, há esperança de um resgate de costumes saudáveis, inserindo na alimentação dessas famílias outras variedades, as quais não estão presentes em seu cotidiano, pois foram se perdendo ao longo da uniformização da produção acarretada com a modernização do campo.

Em algumas visitas os beneficiários declararam que seus avós e bisavós plantavam determinada semente crioula e que por anos ficou sem ter acesso a estas sementes. A partir do cultivo das sementes crioulas foi possível resgatar a cultura da família, além de promover a segurança alimentar e nutricional e contribuir com a diversificação do tipo de cultivo.

Imagem 7 - Cultivo de Sementes Crioulas pela Família 4



Fonte: Autora, 2023

Imagem 8 - Cultivo de Sementes Crioulas pela Família 4



Fonte: Autora, 2023

Na figura 7 e 8, mostra-se um pouco da produção das sementes crioulas da família Machado. Na imagem 7 aparecem dois tipos de feijão, sendo o feijão-preto Iguazu e o feijão-Manteiguinha. Na imagem 8 mostra-se o milho paiva, e a família também recebeu o milho palha roxa.

As famílias foram orientadas a cultivarem, consumirem, armazenarem, comercializarem e devolverem para as técnicas ou entregar a uma outra família a mesma quantidade de sementes recebidas, para que desta forma as sementes crioulas alcancem outras mais sujeitos, sejam mais produzidas, e continuem o ciclo de preservação de suas variedades.

A produção voltada ao autoconsumo tende a garantir a segurança alimentar e nutricional das famílias. Ter uma horta em casa, com variedades de legumes e verduras, garante o acesso a alimentos frescos e saudáveis, melhoramento da ingestão de nutrientes variados, melhoramento no estilo de vida, pode proporcionar ações educativas, além de viabilizar economia financeira à família.

Dos 21 projetos desenvolvidos, apenas 1 tinha o titular sendo um homem. Assim, percebe-se que a mulher ampliou seu olhar para a questão social, e segue como a responsável pela organização da família, mesmo que tenha um companheiro, e continuam voltadas para as questões do trabalho doméstico e dos cuidados com os filhos.

Não é possível mensurar quantas delas possuem companheiro, visto que muitas, por medo de perder o benefício do Bolsa Família, declaram no CAD único serem solteiras. Mas é possível observar o protagonismo das mulheres como representantes do núcleo familiar dos projetos. A partir do projeto que descrevemos, elas têm a oportunidade de desenvolver alguma atividade sobre a qual tenham interesse, e onde é possível gerar renda a partir dessa atividade.

Não é possível mensurar em quais e quantas famílias tiveram a participação do homem no desenvolvimento e melhorias das hortas. Mas durante as visitas percebemos que em alguns casos o homem ajudou com a construção, fazendo a cerca, puxando terra, serviços que precisam de mais força. Mas durante o cultivo das verduras e legumes, eram as mulheres as protagonistas responsáveis pelas ações.

11 CONCLUSÕES

Para que todos os indivíduos tenham seus direitos garantidos, é necessário que o Estado crie Políticas Públicas a fim de tornar possível o acesso que a lei assegura, possibilitando melhorias na qualidade de vida das pessoas, respeitando as necessidades de cada um e promovendo o desenvolvimento humano e social dos sujeitos.

O Art. 46 da Lei nº 21.352, de 01 de janeiro de 2023, em seu inciso VIII, afirma que compete à SEDEF-PR promover a melhoria da qualidade de vida da população, com ações e medidas focadas no atendimento a necessidades básicas.

Desta forma, o projeto Renda Agricultor Familiar tem contribuído com Políticas Públicas para suprimento das necessidades básicas das famílias através de melhorias no saneamento, na segurança alimentar e na geração de renda.

Quanto à produção para autoconsumo, ação principal abordada neste trabalho, os projetos têm contribuído de forma significativa na promoção de segurança alimentar das famílias, mas ainda não têm sido o suficiente.

Muitos núcleos familiares não conseguem continuar produzindo devido à falta de recursos e de conhecimentos técnicos sobre esta atividade, afinal, tratam-se de práticas que foram abandonadas com a modernização do campo, e que precisam ser recuperadas, e isso, aparentemente, leva um tempo maior do que a vigência dos projetos. Percebemos ao longo das atividades, que o projeto como um todo, precisa de melhorias, e já vem se discutindo ações a serem tomadas.

Durante algumas capacitações conduzidas pela equipe estadual responsável pelo Projeto, representada pelo IDR -Paraná, os técnicos destacaram as dificuldades que enfrentam ao desenvolver o projeto. Uma das questões levantadas foi o baixo investimento destinado à produção para o autoconsumo através de hortas.

Conseqüentemente, os gestores do projeto estão cientes de que o orçamento designado para essa atividade é inadequado. Como resultado, está em andamento a elaboração de um novo modelo de projeto que inclui um aumento significativo no valor destinado a essa atividade crucial dentro do projeto.

O Estado tem investido em Políticas Públicas, mas existe desarticulação com alguns municípios da Região Metropolitana de Curitiba. A partir da experiência de

campo, observou-se que as Secretarias de Assistência Social estão ainda desenvolvendo um modelo de atendimento voltado ao assistencialismo, o que vai contra a Lei Nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social.

Segundo Potrich (2021, p.8), o assistencialismo não alcança o atendimento adequado às famílias, para alterar suas condições materiais de vida, a partir de seu protagonismo, mas é o seu oposto. Para a autora há o estabelecimento de uma relação de sujeição, em que alguém, em um ato de bondade, ajuda outra pessoa, que se torna devedor do favor recebido, ou seja, é a percepção da assistência como um objeto doado, ou melhor, emprestado. É a “política de proteção social não contributiva, portanto, lhe cabe prover ações preventivas e protetivas face à vulnerabilidade, riscos e danos sociais”

Muitos técnicos têm encontrado vários problemas quando o assunto é a participação do município. Isso se dá devido à grande rotatividade de Secretários/as da Assistência Social, assistentes sociais, assim como coordenadores/as municipais dos CRAS, onde não há um trabalho de continuidade. Muitos desconhecem a existência do Projeto com o qual trabalhamos, ou muitas vezes não compreendem a importância do mesmo para o desenvolvimento das famílias beneficiadas, e estão, ainda, voltados para o atendimento assistencialista, ou sobrepondo interesses eleitorais aos reais interesses da população, não participando de ações que sejam de grupos políticos diferentes daqueles com os quais o grupo do Prefeito se relaciona.

Além da necessidade de melhorias no Projeto, faz-se necessário o investimento por parte do IDR-Paraná em capacitações para os técnicos. As capacitações têm sido realizadas anualmente, mas, ainda assim, alguns técnicos iniciam seus trabalhos dentro do projeto sem ter participado das capacitações e sem experiência na área social, o que tem dificultado o bom andamento e resultados dos subprojetos.

Muitos subprojetos precisam do envolvimento de mais de um técnico, de conhecimentos diversificados, por ser um Projeto multidisciplinar. Com áreas

interligadas, muitas vezes um técnico específico da área social não consegue suprir satisfatoriamente uma demanda que é de outra área. Por exemplo, em um projeto de plantio de milho, um Economista Doméstico não conseguirá fazer o planejamento da quantidade de milho a ser plantada, e conseqüentemente dos insumos que serão utilizados. Neste caso, a participação de um agrônomo ou técnico agrícola é altamente indicada.

Cabe ao Instituto desenvolver capacitações que abordem essa importância, para que haja o envolvimento de técnicos de diferentes áreas, não apenas da área social, e desta forma venha a melhorar a participação, o desenvolvimento e os resultados dos Projetos.

Outro ponto importante, é a conscientização por parte dos beneficiários a respeito do Projeto. Muitos não compreendem, durante a busca ativa e demais visitas, qual o objetivo e a responsabilidade que caberá à parte deles. Há a necessidade da elaboração de um plano de trabalho, envolvendo rodas de conversas e escutas sensíveis, além de outras técnicas, que venham contribuir para a melhoria da participação dos beneficiários nos Projetos, propiciando um ambiente de engajamento real à atividade.

Esse engajamento também requer planejamento, e neste sentido capacitações que envolvam conceitos de Freire (1983) e Tommasino (2011), são necessários para construir abordagens capazes de considerar e incorporar o conhecimento local como ponto de partida para a construção das ações.

Por fim, vemos no projeto uma política pública na qual é possível estabelecer atividades de uma extensão rural mais participativa e democrática, que propicie a valorização da cultura local, estimule a troca de saberes entre os agricultores e os técnicos, e fortaleça o papel dos agricultores como protagonistas do desenvolvimento rural, de uma maneira cada vez mais colaborativa, mas também emancipada e autônoma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 12.188, 11 de janeiro de 2010. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, cria o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e dá outras providências. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, Brasil, 12 jan. 2010. Disponível em:

<<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm>>. Acesso em: 10 set. 2023.

CAPORAL, Francisco Roberto. RAMO, Ladjane de Fátima. Extensão Rural Convencional - Extensão Rural para o Desenvolvimento Sustentável: Enfrentar Desafios para Romper a Inércia. 2006. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/325305365DAEXTENSAORURALCONVENZIONALEXTENSAORURALPARAOSENVOLVIMENTOSUSTENTÁVELENFRENTARDESAFIOSPARAROMPERAINRCIA1FranciscoRobertoCaporal2LadjanedeFátimaRamo2006MicrosoftWord_-451C4172-2ED1-082426.

Acesso em: 05/09/2023

CAVALCANTI, Thiago. Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento. Disponível em:<http://SciELO - Brasil - SciELO - Brasil - Hierarquia das Necessidades de Maslow: Validação de um Instrumento> Acesso em: 02 de novembro de 2023

CESAR, Ana Maria Roux Valentini Coelho. Método do Estudo de Caso ou Método do Caso? Uma análise dos dois métodos no Ensino e Pesquisa em Administração. (SEM DATA) material de aula

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988. Disponível em: [Constituição \(planalto.gov.br\)](http://www.planalto.gov.br) Acesso em: 10 de dezembro de 2013

COSTA, MARCO AURÉLIO. et al. VULNERABILIDADE SOCIAL NO BRASIL: CONCEITOS, MÉTODOS E PRIMEIROS RESULTADOS PARA MUNICÍPIOS E REGIÕES METROPOLITANAS BRASILEIRAS. IPEA - Rio de Janeiro, janeiro de 2018. Disponível: [google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiT3JevqYqEAXVdupUCHQI6DGAQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F8257%2F2%2Fvulnerability.pdf&usq=AOvVaw1hPSnjzdzPKoT3yFZP8q&opi=89978449](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiT3JevqYqEAXVdupUCHQI6DGAQFnoECBIQAQ&url=https%3A%2F%2Frepositorio.ipea.gov.br%2Fbitstream%2F11058%2F8257%2F2%2Fvulnerability.pdf&usq=AOvVaw1hPSnjzdzPKoT3yFZP8q&opi=89978449). Acesso em: 02 de dezembro de 2023

DIÁRIO OFICIAL DO PARANÁ. EDIÇÃO N° 10595. LEI N° 20.121. Disponível em: https://www.administracao.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2021-03/8_lei_20121.2019_-_reforma_administrativa_iapar-emater.pdf. Acesso em: 10 de agosto de 2023

DIAS, Marcelo Miná. Extensão Rural: Conceitos e Características Atuais. Texto elaborado para utilização como material didático da disciplina ERU-451 (Extensão Rural), oferecida pelo Departamento de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, UFV, 2019. Disponível em: https://www.academia.edu/38440927/Extens%C3%A3o_rural_conceitos_e_caracter%C3%ADsticas_atuais Acesso: 10/09/2023

FERNANDES, Bernardo Mançano. Cuando la agricultura familiar es campesina. In: HIDALGO F., Francisco; HOUTART, François; LIZÁRRAGA A, Pilar. ed. Agriculturas campesinas en Latinoamérica: propuestas y desafíos / 1.ª ed.—. Quito: Editorial IAEN, 2014.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira. 7º ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983 93p. (O Mundo, Hoje, v24)

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005

GAZETA DO POVO. Confira linha do tempo dos 60 anos da Emater. 2016.

Disponível em:

<https://www.gazetadopovo.com.br/agronegocio/emater-60-anos/confira-linha-do-tempo-dos-60-anos-da-emater-7bjz1793nw0x0k9xpkg7d94yk/>

Acesso em 03 de junho de 2023.

GRISA, C.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. A "produção invisível" na Agricultura Familiar: Autoconsumo, segurança alimentar e Políticas Públicas de 136 desenvolvimento rural. Revista Agroalimentaria. Vol. 16, Nº 31; (65-79) julho – dezembro, 2010.

HIRATA, H. Divisão, relações sociais de sexo e do trabalho: contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto, Brasília, ano 15, n.65, p.39-49, jan./mar. 1995.

IBGE [Mandirituba \(PR\) | Cidades e Estados | IBGE](#). Disponível em:

cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/mandirituba Acesso em: 10 de agosto de 2023.

ITAMAR, Itamar. PROGRAMA RENDA AGRICULTOR FAMILIAR NA PROMOÇÃO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL PARA FAMÍLIAS RURAIS DO ESTADO DO PARANÁ. Workshop Internacional Sustentabilidade, Indicadores e Gestão de Recursos Hídricos. 2022

Lei nº 21.352 de 1º de janeiro de 2023. Dispõe sobre a organização administrativa básica do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a seguinte lei. Disponível em: <https://www.aen.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2023-01/pl497.2022/lei21.352ass.pdf>. Acesso em: 29/07/2023.

LELIS, Davi Augusto Sanata de. COELHO, France Maria Gontijo. DIAS, Marcelo Miná. A necessidade das intervenções: extensão rural como serviço ou como direito?

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Economia Rural , Minas Gerais, Brazil.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/inter/a/LFMGC7tHQjWSt5DbrXgKvq/?lang=pt#>

Acesso em: 01/09/2023

LIMA, F.A.X.; VARGAS, L.P.; SOUZA, G.M.B.; JOTA, T.A.F. & WIZNIEWSKY, J.G. Extensão rural, comunicação e mobilização social: experiências do IPA junto aos agricultores familiares de Pernambuco. SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO RURAL online – v. 8, n. 2 – Ago – 2014. ISSN 1981-1551 Disponível em: www.inagrodf.com.br/revista

LISITA, Frederico Olivieri. CONSIDERAÇÕES SOBRE A EXTENSÃO RURAL NO BRASIL EMBRAPA. ADM – Artigo de Divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n. 77, p.1-3. Abr. 2005. Disponível em:

<https://www.embrapa.br/artigos/77ArtFrederico1.doc>. Acesso em: 05/08/2023

MACEDO, Neusa Dias de. INICIAÇÃO À PESQUISA BIBLIOGRÁFICA: GUIA DO ESTUDANTE PARA FUNDAMENTAÇÃO DO TRABALHO DE PESQUISA. 2. ed. revisada – São Paulo: Edições Loyola, 1994. 59p

Ministério Público do Paraná. (2004). Política Nacional de Assistência Social.

Disponível em:

<https://www.mppr.mp.br/arquivos/File/assinaturaconvenios/assistsocial/referencias/textobasicoPNAS.pdf> Acesso em: 09/09/2023

MIORANZA, Matheus Junior. Et al. HISTÓRIA DA EXTENSÃO RURAL NO BRASIL. Semana Acadêmica de Agronomia FAG. 2022. Disponível em:

<https://www.fag.edu.br/upload/revista/seagro/63110ebaaf3fd.pdf> Acesso em: 01 de setembro de 2023

MONTEIRO, ROBERTO. EXTENSÃO RURAL COMPLETA 65 ANOS DE ATUAÇÃO NO PARANÁ – INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO PARANÁ. 2021. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Noticia/Extensao-Rural-completa-65-anos-de-atuacao-no-Parana> Acesso em: 01 de agosto de 2023

NETO, João Amato. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil - origens e evolução. 2013. São Paulo - Escola de Engenharia, de São Carlos, Departamento de Engenharia de Produção da USP Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-75901985000300005> Acesso em: 18 de novembro de 2023.

PREFEITURA DE MANDIRITUBA. [A CIDADE - Prefeitura de Mandirituba](#) Disponível em: <http://mandirituba.pr.gov.br> Acesso em: 10 de agosto de 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. LEI [LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010](#). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12188.htm Acesso em: 02 de setembro de 2023

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – CASA CIVIL. LEI [Nº 8.742, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1993](#). Disponível em: [L8742 \(planalto.gov.br\)](#) Acesso em: 17/01/2024

POTRICH, Maithê. Clientelismo e Assistencialismo: a tradição da assistência social no Brasil. Clientelism and Assistencialism: the tradition of social assistance in Brazil. 2021. Maringá - PR. Universidade Estadual de Maringá (UEM) Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/rv.v0i48.78764> Acesso em: 01 de outubro de 2023

RENDA AGRICULTOR FAMILIAR Nossa Gente do Paraná – Renda Agricultor Familiar. Edição Especial (dez. ; Paraná, 2021. il. Edição Especial. (Dez 2021) 1. Agricultura Familiar - Periódico. I. IDR-Paraná

SILVA, Pereira. A INCLUSÃO PRODUTIVA COMO EIXO DE POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL: CONTEXTO LATINOAMERICANO E QUESTÕES PARA A

REALIDADE BRASILEIRA. IPEA 2020 Disponível em: [td_2605.pdf \(ipea.gov.br\)](#)
Acesso em: 02 de novembro de 2023

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E FAMÍLIA. ESTADO DO PARANÁ. Disponível em:
<https://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/Pagina/Quem-somos> Acesso em 01 de setembro de 2023

SEN, A. K. *Desenvolvimento como Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHNEIDER, S. A diversidade da Agricultura Familiar. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2ª edição, 2009.

SOARES, Leandro Queiroz. FERREIRA, Márcio César. Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho. Rev. Psicol., Organ. Trab. v.6 n.2 Florianópolis dez. 2006 Disponível em: [Pesquisa participante como opção metodológica para investigação de práticas de assédio moral no trabalho \(bvsalud.org\)](#). Acesso em: 02 de novembro de 2023.

TOMMASINO, Humberto. Lineamentos generales para el avance de la curricularización y generalización de las prácticas integrales em la Universidad de la Republica. Montevidéo: Udelar, 2011.

ZBORALSKI, Adriane Rodrigues. GONÇALVES, Larisse Medeiros. GODOY, Wilson